



Os debates sobre feminismos e gênero: indo além do discurso “mainstream”

Clara de Oliveira Coêlho

2º semestre/2019

1. Introdução

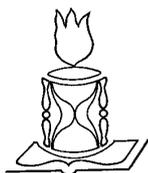
Para discutir os temas de feminismos e de gênero de maneira mais aprofundada, saindo do “mainstream”, ou seja, saindo do senso comum sobre o assunto, irei utilizar o caso do produtor de cinema Harvey Weinstein como pontapé desta discussão, para nos aprofundarmos nessa temática. No dia 5 de outubro de 2017, o jornal estadunidense “The New York Times” publica uma matéria jornalística intitulada “Harvey Weinstein Paid Off Sexual Harassment Accusers for Decades”¹ (“Harvey Weinstein subornava acusadores de assédio sexual por décadas”, tradução livre), na qual o jornal expõe, após longa investigação, as acusações de assédio sexual perpetrado pelo produtor cinematográfico hollywoodiano Harvey Weinstein. É a partir desta matéria jornalística que se começam a noticiar outros inúmeros casos de assédios dentro da indústria do cinema, principalmente a dos Estados Unidos². Assim, no dia 15 de outubro do mesmo ano, a atriz Alyssa Milano publica em seu Twitter uma mensagem de apoio às denunciantes, inaugurando a hashtag “#MeToo” ao escrever: “Se todas as mulheres que já sofreram abuso ou violência sexual escreverem ‘eutambém’ nas suas redes, nós talvez possamos dar uma ideia da magnitude desse problema”³.

¹ Conferir <https://www.nytimes.com/2017/10/05/us/harvey-weinstein-harassment-allegations.html> ; acessado: 03/07/2018 às 14h.

² Para se ter uma noção, o The New York Times publicou, entre agosto e setembro de 2017, 25 matérias sobre assédio sexual, mas após a denúncia do produtor no começo de outubro, publicam mais de 100 artigos sobre assunto, apenas no primeiro mês. Como pode ser visto neste site:

<https://www.nytimes.com/topic/subject/sexual-harassment>

³ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/10/1928054-metoo-como-o-caso-weinstein-gerou-uma-onda-de-condenacao-a-abusos.shtml>



A “onda Weinstein” – ou “Weinstein effect” –, como alguns jornais da mídia hegemônica⁴ têm denominado, é o efeito causado por estas primeiras denúncias do produtor norte-americano. Esta “onda” consiste na vinda a público de diversos outros casos de violência sexual no meio cinematográfico, envolvendo inúmeros outros artistas, produtores e diretores sendo acusados publicamente por um número abundante de mulheres que trabalham nesta indústria – e alguns homens, também. Deste modo, o movimento “Time's Up” surge como uma organização de mulheres que trabalham no meio cinematográfico que lutam pelo fim dos assédios sexuais no ambiente de trabalho, por igualdade salarial e por representatividade, tanto nos papéis em que atuam como nos altos cargos desta indústria.

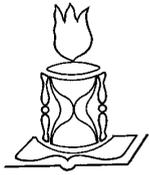
Este movimento se inicia em janeiro de 2018, um pouco mais de dois meses depois de vir a público a denúncia de assédio sexual perpetrado por produtores e atores da indústria do entretenimento estadunidense. Tais fatos foram relatados por diversas mulheres que trabalham nesta indústria e são elas com outras simpatizantes que fundam o movimento, lançam um manifesto e criam uma organização e fundo que tem como objetivo apoiar sobreviventes de assédio sexual no ambiente de trabalho (ou por causa do trabalho) e reivindicar um espaço de trabalho mais seguro para as mulheres nas empresas em geral.

2. Análise

Entendo o manifesto lançado pelo movimento como tendo três pontos centrais: a questão dos assédios sexuais; a política de coalizão com as mulheres camponesas do sindicato; o reconhecimento do não universalismo do ser “mulher”.

O manifesto, chamado por elas de “Carta de Solidariedade”, se inicia firmando uma política de coalizão entre estas mulheres da indústria do entretenimento americano e as mulheres da Alianza Nacional de Campesinas (Aliança Nacional de Camponesas) – que escreveram a elas uma carta de solidariedade quando as notícias vêm a público. As

⁴ Entendo mídia pelos termos de Buarque de Almeida e Marachini: “mídia como parte de uma esfera pública na qual estão em debate algumas noções sobre violência, uma das esferas de poder e de construção simbólica (através de bens culturais) que atua na arena pública” (2017).



assinantes desta segunda carta de solidariedade traçam um ponto de intersecção entre ambas as lutas que é a “experiência comum de ser explorada e assediada por aqueles que abusam de seu poder e ameaçam nossa segurança física e econômica”⁵. Deste modo firmam uma aliança temporária, não diminuindo as diferenças entre os grupos, mas ampliando o alcance de suas ações, para que atinjam seu objetivo, de maneira semelhante ao que fora proposto por Butler (2003). A autora critica radicalmente outras teóricas de gênero que pensam a categoria mulher e sua opressão como una e universal, pois gênero não pode ser entendido fora de intersecções de raça, classe, religião etc. Portanto, segundo minha leitura sobre os escritos da autora, ela só imagina ser possível uma luta feminista através de coalizões, temporárias e estratégicas, pois não podemos pensar a figura da mulher como sendo algo singular e, em meio a tanta diversidade de modos de ser, uma luta não perpassada por coalizões é esvaziada e mobiliza um pequeno número de pessoas. Para a autora, uma política de coalizões não requer uma unidade, pode afirmar identidades conforme o contexto: “certas práticas políticas instituem identidades em bases contingentes, de modo a atingir os objetivos em vista. A política de coalizões não exige uma categoria ampliada de ‘mulher’(...)”⁶. Desta maneira, então, “uma coalizão aberta afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um telos normativo e definidor”⁷.

De maneira diversa a alguns movimentos feministas do passado, que pensavam na categoria mulher como sendo única e universal, mostram entender que há inúmeras formas de ser mulher e que para diferentes formas de ser mulher há diferentes realidades de ser mulher. Assim, quando elencam que “todas as mulheres trabalhadoras, para não mencionar uma maior representatividade das mulheres negras, imigrantes, com algum tipo de deficiência, lésbicas, bissexuais, transexuais, aquelas em que as experiências no trabalho são significativamente piores do que das suas companheiras brancas, cis gênero

⁵ Tradução livre do manifesto Time’s Up disponível em: <https://www.timesupnow.com>

⁶ Butler (2003), pp 41-42.

⁷ Idem, p 42.



e heterossexuais”⁸, abrangem uma ampla gama de mulheres respondendo de maneira indireta à pergunta de Sojourner Truth: “sim, você também é mulher”.

O artigo “Mapping the Margins”, de Kimberlé Crenshaw, auxilia na compreensão do que é interseccionalidade. Podemos entender que tal conceito exprime a ideia de que categorias, como gênero, raça e classe, perpassam a vida das pessoas de maneira articulada. Apesar de em seu texto Crenshaw deixar transparecer que há sempre uma soma das opressões causadas por essas categorias, textos como o de Avtar Brah (2006), Adriana Piscitelli (2008) e Angela Davis (2016) mostram que a articulação social destas categorias acontece em determinados contextos e situações – sem hierarquizar. Entendo o que foi descrito no manifesto como dentro desta chave da articulação de categorias, ou seja, entendo sua fala como interseccional.

Outra questão que gostaria de tratar é a questão por trás dos assédios sexuais. Fica claro em seu manifesto que elas querem romper com o silêncio que para elas é característico às vítimas de alguma forma de violência sexual. Através da leitura de textos como os de Correa (1981), Ardailon e Debert (1987) e Pimentel et al (1998), entendo que o que para elas é um característico silêncio das vítimas perante a violência está atrelado à dificuldade de as vítimas se fazerem acreditar sobre a experiência vivida. Estas autoras mostram que em casos de violência contra mulheres, o que entra em julgamento são suas vidas pregressas – ou seja, um julgamento moral de suas ações – e não o delito a elas infligido, o que leva a um silenciamento de suas vozes, não saindo a público para contarem suas experiências.

Identifico também por trás do tema dos assédios sexuais ecos do que foi escrito por Veena Das (2011) e Daniel Simião (2006). Em contextos diferentes, os antropólogos discutem como certos conhecimentos – que Das chama de “conhecimentos venenosos” — são capazes de produzir ações e mudanças simbólicas nas mulheres que se identificam. Desta forma, “o número de denúncias deve ser analisado dentro do processo de construção de uma narrativa de gênero que altera a forma como a corporalidade é vivida (...)”⁹. Desta forma, a “onda Weinstein” se explica através do reconhecimento moral de outras mulheres como sendo vítimas ao se

⁸ Tradução livre do manifesto Time’s Up disponível em: <https://www.timesupnow.com>

⁹ Simião (2006), p.134.



defrontarem com outros relatos semelhantes aos fatos que vivenciaram (Almeida e Marachini, 2017).

Entendo gênero a partir de Gayle Rubin (2017), Joan Scott (1990) e Judith Butler (2003; 2014). A antropóloga Gayle Rubin é a primeira a utilizar o termo gênero em um texto de teoria antropológica, ao afirmar a existência de um sistema sexo/gênero que ela associa à passagem da natureza para a cultura – ainda fazendo distinção entre natureza e cultura que posteriormente será questionado. Em seu artigo “O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo”, originalmente publicado em 1975, Rubin discute e rebate os argumentos principais das obras clássicas de Marx e Engels, Lévi-Strauss, Freud e Lacan a partir de seus incômodos com estas obras. Segundo a autora:

“(…) é importante notar sobretudo que a análise das causas da opressão das mulheres constitui a base de qualquer avaliação do que deveria ser modificado para tornar possível uma sociedade sem hierarquia de gênero. Se a opressão das mulheres decorre da agressão e da dominação masculinas inatas, isso implicaria, logicamente, que o programa feminista buscasse exterminar o sexo agressor ou exigisse um projeto eugênico de modificação de seu caráter. Se o sexismo é um subproduto do apetite implacável do capitalismo pelo lucro, o advento de uma bem-sucedida revolução socialista poderia fazer o sexismo desaparecer.”¹⁰

Assim, Rubin pretende mostrar como a opressão feminina não está em seu corpo e sim circunscrito em nossas culturas, ou seja, está relacionada à fundação de nossa sociedade, com o capitalismo e com a heterossexualidade compulsória.

A autora define seu conceito de “sistema de sexo/gênero” como uma série de arranjos em que a sociedade modifica e transforma a sexualidade, que ela entende como sendo biológica, ou seja, natural de nossos corpos, em produtos da atividade humana, por meio das quais as necessidades são satisfeitas¹¹. Apresenta uma maneira diferente de entender a gênese da desigualdade sexual, e, desta forma, os princípios fundamentais para a manutenção desse sistema seriam o constrangimento da sexualidade feminina, o tabu do incesto e a heterossexualidade compulsória. Pensa esse sistema não como emanções a-históricas da mente humana, mas como produtos da ação humana que são

¹⁰ Rubin (2017), p. 9



historicamente situados, nos quais há uma significativa interdependência mútua da sexualidade, da economia e da política em nossas sociedades. Seu argumento serve como ponto de partida para entendermos que não há uma sexualidade a priori, não há um “ser mulher” / “ser homem” a priori, do mesmo modo como não há uma mulher universal, como será demonstrado posteriormente com as próximas autoras.

O artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de Joan Scott (1990), é um texto clássico em meio aos estudos de gênero. Ao longo do artigo, Scott irá definir tal categoria de diversas maneiras complementares: gênero como sendo relacional, inserido na sociedade, perpassado por questões de raça e classe; como sendo um sistema de relações que não determina a sexualidade; como sendo um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana, podendo incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado nem pelo sexo, nem pela sexualidade¹².

Podemos observar então que a definição da categoria analítica de gênero tem duas partes. A primeira: o gênero é um elemento constitutivo das relações baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. A segunda parte é que o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder, primeiro campo no qual o poder é articulado. Temos, a partir dessas definições, esta categoria criada por Scott que permite entender que as identidades subjetivas tanto dos homens como das mulheres como tendo origens puramente sociais. Portanto, toda experiência corporal deve ser assimilada a processos sócio-históricos, diferenciando sua definição de definições anteriores. Dessubstancializa, desta maneira, os contextos de masculino e feminino, questionando naturalizações da diferença e entendendo gênero como forma classificatória.

É nessa mesma linha de dessubstancializar e desnaturalizar contextos masculinos e femininos que se insere o argumento central da obra “Problemas de Gênero” de Judith Butler, indo mais além. Problematiza o uso de gênero como identidade, pois pensa tal categoria como inscrita em relações de poder – entendendo poder na forma descrita por Foucault (1977), como sendo relacional, situacional, e algo que circula. Para a filósofa,

¹¹ Idem, p.11

¹² Donna Haraway (2004) faz definições da categoria gênero de maneira muito semelhante ao exposto por Scott (1990).



os corpos são entendidos como sendo marcados por sexualidade, gênero e raça, através de um processo de repetição de discursos. Por conseguinte, a autora critica radicalmente outras teóricas de gênero que pensam a categoria mulher e sua opressão como uma e universal, pois gênero não pode ser entendido fora de intersecções de raça, classe, religião e etc., segundo seu argumento.

Temos então que gênero é antes “o ato de fazer do que o de ser”, ou seja, é performativo. Os atos de gênero criam o gênero, e sem eles este não existiria, pois não é um dado natural e não pode ser completamente internalizado. Portanto, é uma convenção social, naturalizada, reproduzida pelos atos performativos do nosso cotidiano, e é essa performatividade que vai construindo e constituindo nossa essência “como se fosse algo natural” – o corpo é ensinado a ser deste modo.

3.Considerações finais

Considerando as perspectivas de Marilyn Strathern (2006) e de Judith Butler (2003) de que os sujeitos são produzidos e concebidos em um constante jogo relacional, e de que gênero é uma categoria contextual, situacional e relacional, este estudo sobre o movimento das mulheres que trabalham na indústria do entretenimento estadunidense utiliza análises comparadas inter-relacionando categorias de raça, gênero, sexo, idade e classe de duas maneiras: a primeira, auxiliando na compreensão da configuração de sistemas de classificação social; e a segunda, auxiliando no entendimento sobre a constituição de corpos e identidades coletivas (Hall; 1999).

Neste mesmo caminho, o célebre manifesto de Donna Haraway, “Manifesto Ciborgue: Ciência, Tecnologia e Feminismo-Socialismo no final do século XX” (2009), reforça o entendimento de que a construção de sujeitos se dá pela constante do jogo relacional ao dizer que todos os tipos de saberes são construídos localizadamente – tema que ela irá se aprofundar no artigo “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial” (1995). Haraway, em seu manifesto, ainda, propõe “políticas de afinidades” que consistem em se fazer conexões parciais, interessadas e temporárias visando uma meta a ser atingida, muito semelhante à ideia do que Butler (2003) chama de “política de coalizões”. Essa percepção de alianças



temporárias visando um objetivo é muito presente no manifesto do movimento “Time’s Up”.

Além desta chave analítica, o conceito de alianças temporárias nos permite refletir sobre a questão de interseccionalidade no discurso do movimento. Assim, seguindo a linha das autoras anteriores, Avtar Brah (2006) diz que: “Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos” (p. 341). Assim, vidas são forjadas através das articulações de dimensões, portanto, as opressões sociais não se somam, mas se articulam: estão inscritas dentro das outras, são constituídas umas pelas outras e constitutivas delas, sem hierarquização de importância – esta definição de construção de sujeitos aproxima dos escritos de Crenshaw (1993) e de Piscitelli (2008).

Outro ponto importante deste artigo de Brah é que ela entende como objetivo principal do feminismo a mudança das relações sociais de poder – e entendo “relações sociais de poder segundo a perspectiva foucaultiana (1977)¹³ – imbricadas no gênero, e é a partir desta definição que podemos conceber o movimento que se pretende analisar a fundo como sendo um movimento feminista, pois é de interesse destas mulheres mudar as relações sociais de poder.

Ainda sobre o tema das interseccionalidades dos marcadores sociais da diferença, Teresa de Lauretis, em seu artigo “A Tecnologia de Gênero” (1994), diz que o sujeito social é “engendrado”, ou seja, o sujeito social não é constituído por gênero apenas na diferença sexual, mas também nos códigos linguísticos e representações culturais. Desta forma, o sujeito não apenas é “engendrado” nas relações de sexo, mas também nas relações de raça e classe. Lauretis ainda pensa gênero como uma tecnologia no sentido foucaultiano, isto é, “como representação e autorrepresentação, produto de diferentes tecnologias sociais, de discursos, de epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como práticas da vida cotidiana”¹⁴.

¹³ Foucault estabelece poder como sendo relacional e situacional, que circula entre as partes, que é produzido por saberes.

¹⁴ Lauretis, 1994, p. 208



Outro ponto importante de se pensar ao se tratar da organização “Time’s Up” é o contexto político econômico em que os movimentos feministas atuais se inscrevem. Para auxiliar nesta questão, utilizo o artigo da filósofa Nancy Fraser sobre os movimentos feministas e sua articulação com o neoliberalismo (2009). A autora mostra como o neoliberalismo se apropria das críticas que os movimentos feministas fazem ao sistema capitalista durante a década de 1960 e ressignifica-as, dando legitimidade para esse novo sistema político econômico. É neste sentido da apropriação neoliberal das pautas feministas que Sarah Banet-Weiser desenvolve seu conceito de “popular feminism” (2018). Para a autora, o contexto neoliberal faz com que vivamos sob uma economia de visibilidade, no qual pautas menos críticas à estrutura misógina do capitalismo ganham mais visibilidade, principalmente na internet, e é nesta conjuntura em que o feminismo popular se faz presente, se pautando em questões de “empoderamento”, deixando de lado questões estruturais. Estes textos contribuem enormemente para discussão que pretende-se realizar.

No artigo de Carolina Ferreira “Feminismos web” (2015), a antropóloga mostra como grupos feministas, a partir da década de 1990, começam a apostar no potencial de transformação da articulação do feminismo com a tecnologia e a internet. Deste modo, estes grupos se apropriam destas novas tecnologias pelos seus processos mais horizontais de funcionamento, pelos novos espaços que podem ser ocupados e para a desconstrução de categorias pré-fixadas e unitárias do binarismo de gênero. Ferreira diz ainda que a internet permitiu uma construção de redes que aprofundassem o contato de organizações políticas com as demandas de grupos feministas, e também construiu redes de comunicação entre produtores e consumidores de conteúdo, como um instrumento de ação política e recurso de identificação. Neste mesmo sentido, Rosalind Gill e Shane Orgad (2018) entendem o fenômeno causado pela #MeToo. Para essas autoras, este movimento tem potencial transformador que se utiliza desta rede de comunicação para pleitear suas pautas, mas retomam também a preocupação com uma tomada neoliberal desses discursos. Ao dialogar com estas autoras que estão buscando entender estes movimentos feministas atuais é que esta pesquisa se faz relevante, ampliando os debates sobre os discursos dos movimentos feministas atuais, suas reverberações e suas atuações.



Por fim, em “Contesting Media Power”, de Nick Couldry e James Curran (2003), os autores entendem a mídia hegemônica¹⁵ como concentradora de poder simbólico, o poder de construir realidades. Desta forma temos que a mídia, para os autores, produz, define e nomeia a realidade em si mesma. A mídia nesta visão, molda o *habitus*¹⁶ das sociedades, faz parte das relações simbólicas e produz subjetividades. Dentro da perspectiva desta pesquisa, a mídia é um importante meio de produção simbólica, pois é na mídia que os casos de assédio sexual vêm à tona e é através da mídia que estas mulheres irão proclamar e reivindicar seus direitos, produzindo assim uma nova subjetividade.

O que pretendi mostrar aqui foi pensar como o movimento de atrizes hollywoodianas, como o manifesto e o movimento “Time’s Up”, articula categorias de gênero, raça, sexualidade e violência, na produção de discursos sobre suas realidades e experiências vividas, investigando de que maneira os significados produzidos por tal grupo assumem forma expressiva e o que expressam. Temos, assim, o começo de uma discussão sobre os temas de lutas feministas e gênero, e como são utilizados nos movimentos sociais na atualidade. Analisar o movimento das mulheres da indústria do entretenimento estadunidense, como produtor de conhecimento, de discurso e de representação sobre si mesmas e sobre seus papéis sociais, se faz relevante, dado que é um assunto extremamente atual e debatido a exaustão nas mídias sociais e na mídia hegemônica, fazendo assim uma ponte entre o que é discutido no âmbito da academia e pelos movimentos sociais.

3. Bibliografia

ALMEIDA, Heloísa Buarque de; MARACHINI, Laís Ambiel: “De médico e de monstro: disputas em torno das categorias de violência sexual no caso Abdelmassih”. DOSSIÊ CONSERVADORISMO, DIREITOS, MORALIDADES E VIOLÊNCIA. Cadernos Pagu (50), 2017:e175020

¹⁵ Couldry constrói a definição de mídia hegemônica em oposição a mídia alternativa, que ele define como “media production that challenges, at least implicitly, actual concentrations of media power, whatever form those concentrations may take in different locations” (2003, p.7).

¹⁶ Bourdieu, 2003.



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Sociologia

Laboratório Didático - USP ensina Sociologia

ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin. “Quando a vítima é mulher: Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio”. Brasília; Brasil. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; dez. 1987.

BANET-WEISER, Sarah. “Empowered: popular feminism and popular misogyny”. Duke University Press. 2018.

BRAH, Avtar: “Diferença, diversidade, diferenciação”, cadernos pagu, 26, 2006, p. 329-376.

BOURDIEU, Pierre. “A Dominação Masculina”. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

BUTLER, Judith. “Problemas de Gênero”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____: “Regulações de Gênero”. Cadernos Pagu (42), janeiro-junho de 2014, p. 249-274.

CORREA, Mariza. “Os crimes da paixão”. Rio de Janeiro, Brasiliana, 1981.

COULDRY, Nick; CURRAN, James: part I “Introduction and Theoretical Perspectives”. In: “Contesting Media Power: Alternative Media in a Networked World”. Rowman & Littlefield Publishers, INC. United Kingdom, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against women of color”. 1993.

DAS, Veena: “O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade”. Cadernos Pagu (37), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2011, p. 9-41.

DAVIS, Angela. “Mulheres, raça e classe”; tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LAURETIS, Teresa: “A tecnologia de gênero”. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. “Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo”. Cadernos Pagu, Campinas, n. 44, p. 199-228, Junho, 2015.

FRASER, Nancy. “O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história”. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p.11-33, Jul/Dez. 2009.

GILL, Rosalind; ORGAD, Shani. “The shifting terrain of sex and power: From the ‘sexualization of culture’ to #MeToo”. Sexualities. Vol 21 (8), p.1313-1324. 2018



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Sociologia

Laboratório Didático - USP ensina Sociologia

HALL, Stuart: “A questão da identidade cultural na pós-modernidade”. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

HARAWAY, Donna: “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. Campinas. Cadernos Pagu (5) 1995: p. 07-41.

_____: “‘Gênero’ para um dicionário marxista”, Cadernos Pagu, 22, 2004, p.201-246.

PISCITELLI, Adriana. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274.

RUBIN, Gayle: “O Tráfico de Mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo”, in Políticas do sexo. Coleção Argonautas. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 9-61.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; PIMENTEL, Sílvia; PANDJIARJIAN, Valéria. “Estupro: crime ou ‘cortesia’? Abordagem sociojurídica de gênero”. Revista brasileira de ciências criminais, ISSN 1415-5400, Nº. 23, 1998.

SCOTT, Joan: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, Educação e Realidade, Porto Alegre, 16 (2), jul-dez 1990, p.5-22.

SIMIÃO, Daniel S.: “Representando corpo e violência: a invenção da ‘violência doméstica’ em Timor-Leste”, Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 21, n. 61, p.133-145, 2006.

STRATHERN, Marilyn: “O gênero da dádiva: problemas com mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia”. Campinas, Ed. da Unicamp, 2006.